



CRISTINA ALEGRIA

Planeamento integrado da paisagem a nível local: biodiversidade, multifuncionalidade, produção sustentável e resiliência aos incêndios

O planeamento integrado da paisagem, com compartimentação em parcelas florestais que permitam obter uma produção anual constante e que considerem a introdução de novas espécies nas parcelas em final de ciclo, contribui para uma floresta mais diversa, sustentável e resiliente.

A floresta em Portugal Continental representa cerca de 36% da ocupação do solo do território nacional, sendo as florestas mais abundantes as de eucalipto (26%), de sobreiro (23%), de pinheiro-bravo (23%), e de azinheira (11%), segundo o sexto [Inventário Florestal](#), do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (2019). A madeira proveniente das florestas de pinheiro-bravo e de eucalipto são a principal fonte de matéria-prima para as indústrias nacionais desta fileira.

Estas florestas têm ciclos de produção longos. Por exemplo, o corte final na floresta de pinheiro-bravo pode ocorrer a partir dos 35 anos, enquanto no eucaliptal são realizados três cortes finais de rotações de 10-14 anos, ou seja, ao longo de pelo menos 30 anos.

Face aos longos ciclos de corte e na medida em que os cenários futuros de alterações climáticas preveem consequências na perda do potencial produtivo destas espécies, é crucial que o [planeamento da sua arborização seja adequado](#). Acresce ainda que, nas últimas décadas, os incêndios florestais têm sido um fator de grande impacto ecológico e socioeconómico; num futuro contexto de alterações climáticas, prevê-se a intensificação em frequência e severidade deste evento.

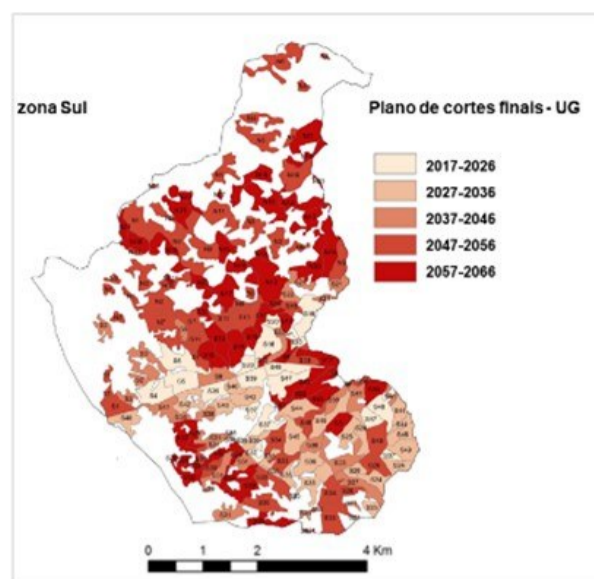
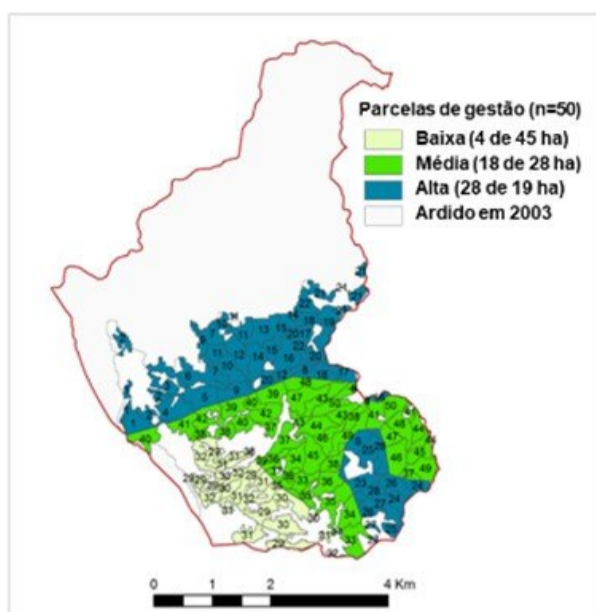
O planeamento integrado da paisagem deve conciliar as visões social, económica e ambiental das florestas, promovendo valor para quem as gere, emprego para as comunidades e serviços do ecossistema que beneficiam toda a sociedade.

Para responder aos desafios das alterações climáticas e do perigo de incêndio é imperioso realizar um planeamento integrado da paisagem, incorporando não só as dimensões ambientais e económicas do problema, mas também a dimensão social associada.

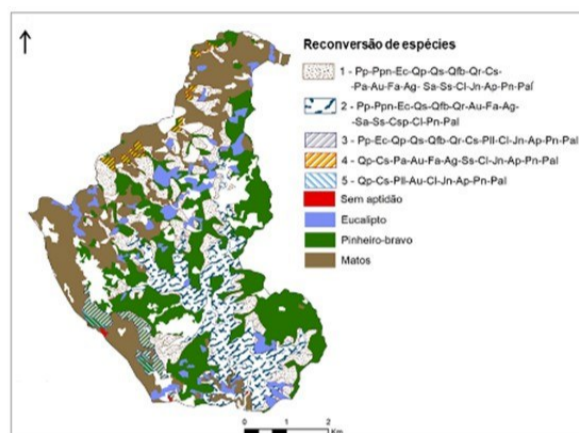
É isto que se pretende com a aplicação de um método de regularização da produção, que permite compartimentar a paisagem em parcelas de gestão para que se obtenha uma produção anual, constante, e à perpetuidade. E à medida que novas jovens florestas regeneram, podem ser incorporadas na fileira de produção.

Este trabalho permite iniciar o processo de reconversão das parcelas de gestão que vão sendo abatidas, através da arborização com outras espécies, sem que se afete a regularização da produção pré-estabelecida. A introdução de novas espécies permite melhorar a biodiversidade da paisagem, incorporar multifuncionalidade nos espaços florestais e aumentar a sua resiliência aos incêndios florestais ([Navalho et al., 2017](#)).





*Reconversão de espécies –
biodiversidade, multifuncionalidade
e resiliência aos incêndios
(Clique para aumentar)*



Fonte: Planeamento integrado da paisagem ao nível local: biodiversidade, multifuncionalidade, produção sustentável e resiliência aos incêndios ([Mapping Forest Landscape Multifunctionality Using Multicriteria Spatial Analysis](#), 2019; [Integrated planning for landscape diversity enhancement, fire hazard mitigation and forest production regulation: A case study in central Portugal](#), 2017; [Developing an index for forest productivity mapping – a case study for maritime pine production regulation in Portugal](#), 2017).

Ao fim do ciclo de 50 anos (o primeiro ciclo compreende-se entre 2015–2064), a área de pinhal ficará com um total de 836 hectares (549 hectares na zona sul e 287 hectares na zona norte).

Durante este primeiro ciclo de regulação da produção da floresta de pinheiro-bravo, a dimensão do pinhal na área de proteção convertida será de 983 hectares (670 hectares na zona sul e 313 hectares na zona norte). Passará a ter principalmente c sobreiro (237 hectares), castanheiro (236 hectares), carvalhos (135 hectares), azinheira (99 hectares) e pinheiro-mansinho (78 hectares), entre outras.

Do processo resultou uma paisagem com uma estrutura mais fragmentada – com manchas florestais não contíguas, com perímetros irregulares, de área menor que 30 hectares, e em diferentes estágios de sucessão) – onde foram introduzidas 16 espécies de menor inflamabilidade do que o pinheiro-bravo (por exemplo, folhosas caducifólias). Além de uma melhor biodiversidade, maior resiliência aos incêndios e multifuncionalidade dos espaços florestais, obtém-se um fluxo de produção, anual, constante, e à perpetuidade, que proporcionará rendimentos para suportar a atividade económica e o emprego florestal.

O Autor

Cristina Alegria é Professora Coordenadora com Agregação do Instituto Politécnico de Castelo Branco na Escola Superior Agrária (IPCB-ESA) e investigadora no Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade do IPCB (CERNAS-IPCB). Doutorada em Engenharia Florestal (2004), pela Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, desenvolve a sua atividade de investigação e de ensino nas áreas do Inventário florestal e modelação do crescimento e produção florestal; Planeamento, ordenamento e gestão florestal sustentável; e Deteção remota – processamento de imagem digital. Presidente do Conselho Técnico-científico da ESA e membro eleito do Conselho Geral do IPCB.

Consulte informação de apoio

- [Qual a diferença entre gestão florestal e ordenamento florestal?](#)

- [Novo sistema de monitorização do solo apoia ordenamento e planeamento](#)

